

## **TECENDO PERCURSOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MARANHÃO DURANTE AS DÉCADAS DE 1950 A 2010**

**RESUMO:** O estudo analisa aspectos históricos do movimento inclusivo no Maranhão apresentando ações individuais e institucionais de mais destaque no atendimento a pessoa deficiente entre as décadas de 1950 até o final de 2010. Realiza uma breve análise contextual da educação inclusiva no Brasil subsidiando os acontecimentos na realidade maranhense. Em seguida, apresenta situações importantes cronologicamente, sem deixar de relacioná-las com situações políticas e históricas de cada momento na qual foram concebidas as ações inclusivas. Por fim, não só da importância às conquistas na área da educação inclusiva, mas propõe sua continuidade como forma de combate a exclusão social no Maranhão.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Políticas.

## **TEJIENDO LOS RUTAS DE EDUCACIÓN INCLUSIVA EN MARANHÃO DURANTE LAS DÉCADAS DE 1950 A 2010**

**RESUMEN:** El estudio analiza aspectos históricos del movimiento inclusivo en Maranhão mostrando acciones individuales e institucionales de mayor énfasis en la satisfacción de la persona con discapacidad entre las décadas de 1950 hasta finales de 2010. Realiza un breve análisis contextual de la educación inclusiva en Brasil de subsidiar eventos en realidad maranhense. Luego presenta situaciones importantes cronológicamente, relacionan con situaciones políticas e históricas de cada momento en el que fueron diseñadas acciones inclusivas. Por último, no sólo de importancia a los logros en el área de educación inclusiva, pero la continuidad de su propuesta para combatir la exclusión social en Maranhão.

Palabras clave: Educación inclusiva. Políticas.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao se ponderar historicamente sobre as ações inclusivas na rede regular de ensino no Maranhão é possível observar como esse público se manteve por um longo período afastado das prioridades das políticas educacionais do estado maranhense. Por outro lado, esse afastamento acarretou no surgimento de inúmeras ações pertinentes, desafiadoras e corajosas impulsionadas por um movimento marcado por lutas e conquistas em pró de uma educação capaz de atender a pessoa deficiente. Por vários anos, as atenções na área da educação pública inclusiva transitaram as margens das prioridades do poder estadual, constituindo-se e alinhada a estratégias triviais, políticas viciadas e ações contraditórias, fortemente influenciadas por práticas clientelistas e particularistas amplamente difundidos, defendidos e praticados, nas quais insistiram em persistir no Estado até a metade da década de 2010.

Distante geograficamente e periférico no protagonismo político educacional de importantes decisões do governo federal, o Maranhão se posicionou tardiamente em priorizar a educação como problema emergencial, levando-o para uma inépcia tanto na qualidade como na oferta de escolas para sua população. Entretanto, as precariedades da rede de ensino aliado à escassez do atendimento educacional acabaram reforçando significativamente o quadro de exclusão social, conseqüentemente corroborando no posicionando do estado no final do ano de 2015 entre aqueles com os piores índices de desenvolvimento humano do país (IDH).

A pesquisa realizada por Carvalho (2004) já alertava para esse problema ao apresentar dados preponderantes sobre o quadro de exclusão social presentes na amostragem do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na qual verificou que mais de 35% dos municípios maranhenses possuíam o maior grau de exclusão social do país, ou seja, grande parcela da população, principalmente do interior não tinham acesso à educação ou pelo menos, uma educação de baixa qualidade. Nesse mesmo sentido, os estudos realizados por Raposo (2004) reforçam esse entendimento, mas também constata a ineficácia do estado em efetivar durante muitos anos, políticas educacionais significativas constatando que mesmo havendo um enfrentamento para redução dos índices de analfabetismo e aumento da escolaridade, os referentes à pobreza e a exclusão social permaneceram quase inalterados aos longos das últimas décadas. A conjuntura envolvida por políticas superficiais e viciadas não conseguiram garantir à maioria da população maranhense as necessárias condições de sobrevivência, inclusive acabaram apresentando alterações negativas em seus índices. É evidente que, aquelas voltadas para educação especial acabam sucumbindo pelas necessidades prioritárias do ensino regular, que há muitos anos no estado, não vem conseguindo êxito em oferecer o mínimo de qualidade no atendimento educacional.

É frente a essas questões que a proposta deste ensaio é produzir não apenas um delineamento de acontecimentos históricos, mas uma correlação em contextos específicos, entendendo sua concepção frente às conjecturas políticas do estado maranhense. Não se trata de fazer um recorte simplesmente histórico ou até definir a evolução da educação inclusiva no

Maranhão por entender que o campo além de vasto, necessita cada vez mais da atenção de estudiosos sobre o tema.

A intencionalidade se baseia em responder questões importantes que apesar de serem já mencionadas em outras pesquisas, precisam ser revividas para a continuação e perpetuação das memórias inclusivas delineadoras das políticas educativas do estado como: Como podem ser entendidos os desafios enfrentados pelas ações individualizadas e as políticas inclusivas no estado do Maranhão entre as décadas de 1950 a 2010? Quais as prioridades das políticas inclusivas no estado nesse mesmo período? Quais os deficientes que mais se beneficiaram com as ações do estado voltadas para o atendimento especializado?

Frente a esses questionamentos, o objetivo é realizar um panorama das ações que mais se destacaram no atendimento a pessoa deficiente entre as décadas de 1950 a meados de 2010 no intuito de contribuir com subsídios importantes no auxílio de pesquisas e futuros trabalhos científicos para aqueles, de forma direta ou indireta, busquem informações ou inspirem propostas numa área que ainda carece de atenção. Assim, especificamente procura analisar ações inclusivas visando correlacionar com a realidade social e histórica de cada contexto; averiguar as principais conquistas das pessoas com deficiência no Maranhão para o atendimento educacional; e compreender o papel da capital maranhense como impulsionador das ações inclusivas na rede estadual e municipal de ensino.

Neste percurso, as contribuições teóricas e históricas de Cardoso (2010), Carvalho (2000), Quixaba (2011), Cabral (2009a; 2009b) e outros autores forneceram direta e indiretamente, subsídios importantes para a construção histórica da educação inclusiva no Maranhão. Entretanto, foi necessário obter informações em trabalhos monográficos, obras, artigos e documentos eletrônicos que acabaram influenciaram consideravelmente nesse percurso. Assim, a pesquisa documental e de referências se alinharam fortemente, mas os avanços nas diversas frentes de coletas de dados ajudaram a desvelar contextos que se encontravam obscuros para o entendimento de certas circunstâncias singulares ao atendimento educacional a pessoa deficiente no Maranhão.

## **2 UMA BREVE ANÁLISE CONTEXTUAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL**

Desde o período colonial até o início do século XX, a educação no Brasil não se apresentava articuladamente estruturada, muito menos priorizava ações no intuito de atender necessidades educativas de forma consistente para toda a população. Trata-se de um período compreendido por contraditórias políticas educacionais, como lembra Linhares Apud Siss (1999, p.63), era uma época reservada à “[...] aprendizagem letrada para classe dirigente, tanto que até na década de 1920 apenas 25% da população brasileira era alfabetizada”. No âmbito da educação inclusiva, essa incoerência se prolongou até a metade da década de 1950 com o início das ações coordenadas a nível nacional, contudo, as suas fragilidades acabaram impulsionando

por muitos anos o aparecimento de formas regionalizadas e fragmentadas para o atendimento educacional a pessoa deficiente.

Entretanto, as causas que levaram o Brasil até os meados da década de 1930 a não priorizar o desenvolvimento de um sistema educacional público, estavam extremamente relacionadas com uma economia centrada fortemente na agricultura, sustentada por uma grande massa de mão de obra barata e desqualificada. As formas de produção careciam de avanços tecnológicos, adotavam meios mais caracterizados com a realidade da Europa medieval do que da sua modernidade deslumbrante da revolução industrial. As necessidades de qualificação para os trabalhadores rurais eram praticamente nulas, enquanto o acesso à educação voltava-se para poucos privilegiados, filhos de famílias proprietárias de grandes latifúndios e dirigentes políticos, com condições de financiar seus estudos em centros privados ou até no exterior.

Mas a crise da bolsa de valores de Nova York neste mesmo período forçou o país a repensar suas bases econômicas, iniciando tardiamente o processo de industrialização, atrelando-o incondicionalmente para esse propósito, a criação e organização de um amplo sistema educacional. Com a crise americana, o café, o principal produto nacional não conseguia mais avançar nas exportações para os Estados Unidos, gerando conseqüentemente, um índice considerável de desemprego entre os trabalhadores brasileiros. Crianças, jovens e adultos analfabetos e sem oportunidade de trabalho nos grandes latifúndios passaram a configurar num grande problema social, que aos se deslocarem rumo aos grandes centros comerciais em busca de empregos se deparavam com seu próprio legado, ausência de uma qualificação mínima. A industrialização foi pensada como o melhor caminho para recuperação da economia, entretanto só poderia ser possível trilhá-lo com um projeto nacional de educação que contemplasse necessidades de qualificação a uma ampla demanda de analfabetos, que por décadas foram desprezados pelas ações do governo brasileiro.

Como ressalta Siss (1999) somente após esse contexto, o Brasil cria em 1933, no governo de Getúlio Vargas o Ministério da Educação e Saúde Pública com as prerrogativas de obrigatoriedade e gratuidade na educação pública. Procurava-se, de forma articulada, criar um sistema educacional para subsidiar o novo caminho da economia. Na década seguinte é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial para cursos desenvolver capacitações para trabalhadores da indústria, e anos depois o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial para subsidiar conhecimentos em diversas na área do comércio.

A atenção educativa a pessoa deficiente só passou a configurar nos objetivos da esfera federal após a metade da década de 1950, através de campanhas nacionais desenvolvidas em parcerias com algumas instituições que já vinham realizando ações em determinadas regiões. Essas parcerias foram importantes não só abrir os olhos do governo frente a esse público e suas necessidades, mas para a conscientização da sociedade brasileira de que a democratização de oportunidades também deveria chegar aos deficientes.

Em suma, diante destas singularidades no âmbito da educação inclusiva, observam-se etapas distintas no atendimento da pessoa com deficiência: uma primeira marcada por ações isoladas, caracterizadas pela segregação no período colonial até meados do segundo Império, e posteriormente, a institucionalização fortemente influenciada pelas iniciativas da área da medicina, na qual ocorreram de forma particularizada, sem nenhuma articulação a nível nacional; e uma segunda, na qual se percebe o governo federal assumindo a responsabilidade de promover ações inclusivas em todo território nacional, principalmente após as pressões de diversas entidades internacionais que já defendiam e exigiam do Brasil, ações consistentes na promoção da inclusão.

### **3 CAMINHOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MARANHÃO**

Não é novidade afirmar que a realidade social e econômica do Estado sempre foi historicamente caracterizada pelos piores índices de desenvolvimento humano, facilmente constatado em inúmeros estudos de diversas áreas do conhecimento. Como forma de entender melhor as dinâmicas que levaram a região para os mais baixos indicadores sociais, os estudos de Cabral (2009a; 2009b) evidenciam como determinadas práticas contraditórias acabaram por muitos anos entravando sua capacidade de desenvolvimento, ou seja, como as políticas clientelistas, patrimonialistas e particularista contribuíram para posicionar o Maranhão entre os piores índices de desenvolvimento humano correlacionando os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Em 1995, o Maranhão apresentava a pior taxa de pobreza absoluta do país, com 77,8% da população vivendo com até meio salário mínimo por mês. Em 2008, mesmo depois de um período significativo de execução das políticas de transferência de renda do governo federal, 55,9% da população maranhense ainda se encontrava em situação de pobreza absoluta. Sobre a pobreza extrema, os números maranhenses demonstram sua grave situação social, na qual 25,3% da população se encontravam em situação de pobreza extrema. (IPEA, 2010). Os dados do IBGE (2010) complementa essa análise ressaltando que a população do Maranhão no ano de 2010 variava em torno de 6.466.313 pessoas, na qual a população urbana representa 4.495.064 maranhenses e a rural 1.971.249. A taxa de urbanização é de 69,5 %, considerada a terceira menor do nordeste. A taxa de mortalidade infantil é de 36,5%, a segunda maior da região nordestina.

Os dados relativos à educação também demonstram sua ineficiência ao averiguar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB na qual apontam resultados insatisfatórios para a educação maranhense em comparação ao nordeste, e principalmente a nível nacional. A taxa de analfabetismo entre pessoas com mais de 15 anos é de 23%, sendo a quarta pior do Brasil, e o analfabetismo funcional é de 40,5%, o terceiro maior do país.

Evidentemente, que o alto grau de pobreza de sua população arrolado com a carência de ações públicas acabou necessariamente, forçando uma resposta da própria sociedade em

contribuir para o surgimento das primeiras ações voluntárias e individualizada voltadas para o atendimento educacional da pessoa deficiente. Assim, dependendo durante um longo período de tempo da caridade de pessoas e pequenos grupos, essencialmente religiosos, foi somente na década de 1950 que iniciou, ainda de forma voluntária e tímida, as primeiras articulações institucionalizadas, ou seja, com a fragilidade do estado em desenvolver políticas educacionais consistentes para pessoa deficiente levou conseqüentemente, ao surgimento de iniciativas na área da educação especial em ambientes escolares. É frente a esse contexto, que existem relatos de ações educacionais isoladas voltados aos deficientes visuais no Colégio Conceição de Maria em São Luís na década de 1950, promovendo neste momento, atenções mais consistentes na área com apoio principalmente, de instituições filantrópicas e da igreja.

No âmbito privado, Carvalho (2004) em sua pesquisa relata que no ano de 1962 foi possível registrar a criação de uma escola com professores especializados para atender deficientes intelectuais e auditivos no Bairro do Outeiro da Cruz em São Luís. No entanto, dois anos depois neste mesmo espaço foi possível criar uma classe voltada para deficientes visuais, servindo posteriormente de alicerce para a criação da Escola de Cegos do Estado do Maranhão - ESCEMA. Em 1967, a escola passou a ser uma entidade com estatuto próprio tendo como fundadoras as educadoras Maria da Glória Costa Silva e Marlene França, com sede no bairro do Bequimão, e atualmente, localiza-se na Vila Luizão atrelado ao poder público.

O governo estadual passa a assumir sua responsabilidade em promover uma política educacional voltado para a inserção de classes especiais em sua rede escolar somente no ano de 1966. De fato, nesse período as escolas da rede estadual passaram a planejar e a efetivar suas ações no sentido de acolher a pessoa deficiente seguindo as orientações estabelecidas pelo governo federal. Como pioneiras da institucionalização destacam-se a Escola Benedito Leite as quais foram direcionadas alunos surdos e a Escola Sotero dos Reis, aos alunos cegos. Ambas as instituições estavam e ainda estão localizadas no centro da cidade de São Luís, estrategicamente escolhidas pela sua posição geográfica que na época possibilitava o acesso mais flexível para população da capital maranhense.

Mas, a educação especial segundo os estudos de Quixaba (2011) somente é oficialmente reconhecida no Maranhão em 1969, por meio da portaria N° 432/69 oriunda da Secretaria de Educação do Estado, visando à criação de um projeto de educação contemplasse o atendimento educacional as pessoas excepcionais dentro das escolas públicas. Denominado de Projeto Plêiade tinha como finalidade não só promover educação de crianças, adolescentes e adultos excepcionais, mas desenvolver programas de aperfeiçoamento e treinamento de pessoal para educação especial. (CARVALHO, 2004).

Duarte (2003, apud LIMA, 2005, p. 340) ajuda a compreender o Projeto Plêiade ressaltando, que o “Projeto de Educação dos Excepcionais, criado pelo Decreto nº 6.838, de 1978, posteriormente passou a denominar-se Seção de Educação Especial, e tinha como objetivo a promoção do atendimento educacional ao aluno com deficiência” sendo subordinada a

Coordenação de Ensino de 1º grau. Visando ampliar o atendimento educativo frente a crescente procura das comunidades locais e de outras regiões, em especial pela deficiência intelectual, em 1982 é criado em São Luís, o Centro de Ensino Especial Helena Antipoff. Atualmente, atende alunos com necessidades educacionais a partir dos 15 anos de idade, que apresentam deficiência intelectual ou múltipla. Muitos são advindos das classes especiais, que se encontram fora da faixa etária e não têm condições de estarem numa sala regular, nem na Educação de Jovens e Adultos. Esse Centro tem o papel de estimular o aluno a vivenciar atividades de pré-profissionalização através de Oficinas Pedagógicas e de Trabalho, visando possibilitar uma qualificação para a sua colocação no mercado de trabalho e assim, ampliando suas possibilidades de inclusão social.

Em 1984, em substituição da Seção de Educação Especial é criada, através do decreto nº 186, o Centro de Ensino Especial. Este, por sua vez, passou a denominar-se Coordenadoria de Ensino Especial em 1991 e em seguida, Assessoria de Ensino Especial de Jovens e Adultos na qual foram criados alguns centros especializados e reestruturados algumas escolas da rede pública de ensino visando acolher da melhor forma a pessoa com deficiência para o convívio educacional.

É criado o Centro Integrado de Educação Especial Pe. João Mohana (CIEESP) em 1996 voltado a atender alunos na faixa etária de até 14 anos, com necessidades educacionais especiais, que apresentam deficiência (intelectual, múltiplas e autismo) e pessoas com condutas típicas de síndromes, com graves comprometimentos que impeçam, de imediato, sua integração e inclusão escolar. Em suma, este centro surgiu como proposta de atendimento especializado às crianças da rede regular de ensino e da comunidade, integrando-as e criando as condições necessárias ao processo de escolarização. Para disponibilizar um atendimento especializado do seu público, o Centro João Mohana foi organizado em quatro núcleos: um para o apoio à família; outro de apoio à sala de aula – escolarização e socialização, um terceiro para apoio ao desenvolvimento do educando; e o quarto como núcleo de avaliação e diagnóstico. Este centro acabou agregando o maior número de técnicos especializados e atualmente é o responsável pelo serviço de itinerância da Supervisão de Educação Especial, diretriz legal que orienta e acompanha pedagogicamente alunos e professores nas escolas da rede pública de ensino estadual.

Em 1999, a educação especial passa ser assessoria vinculada a Gerencia de Desenvolvimento Humano. Em 2001 através de parceria com o Ministério da Educação e Secretária de Estado da Educação é criado o Centro de Apoio Pedagógico Profª Anna Maria Patello Saldanha (CAP) que atende crianças, adolescentes e adultos cegos e de baixa visão. A proposta pedagógica do CAP objetiva o desenvolvimento educativo, que inclui diagnóstico e acompanhamento pedagógico ao aluno e orientação familiar. Constitui-se ainda, num campo de estágio e um centro de referência da Educação Especial na área da deficiência visual no Maranhão. Este centro realiza um atendimento pedagógico especializado para os alunos deficientes visuais ou com baixa visão, que estão inclusos nas salas regulares das escolas da

rede, através de um núcleo de itinerância. Os serviços ofertados pelo CAP atingem também os alunos da rede municipal e de escolas particulares.

O conselho Estadual de Educação do Maranhão institui as Diretrizes da Educação Especial na Educação básica por meio da resolução nº 291/02 no intuito de promover uma maior integração da educação especial com a educação básica, que na prática conseguiu cumprir sua finalidade. Quixaba (2011) lembra que a maioria dos programas e projetos da educação básica que eram idênticos com a educação especial tiveram dinâmicas diferentes para sua efetivação, demonstrando ainda certa resistência por parte do poder público em consolidar estratégias eficazes para o atendimento educacional da pessoa deficiente.

Entretanto, as lutas inclusivas continuavam a se manifestar cada vez mais intensamente, e em 2002 é criado o Projeto Arte e Inclusão para alunos surdos e cegos. Tratava-se de uma iniciativa inclusiva do governo do Estado que visava utilizar a arte da dança, do teatro e da música para promover uma aproximação e interação com a pessoa deficiente, tanto para contemplação como na participação nesses movimentos artísticos. Esse projeto foi considerado um modelo, que acabou inspirando vários outros em diversos municípios maranhenses na qual até hoje, vem deixando seu legado nessas localidades do Maranhão, demonstrando sua importância como política inclusiva.

Em 2003 é criado o Centro de Ensino de Apoio a Pessoa com Surdez Prof.<sup>a</sup> Maria da Glória Costa Arcangeli – CAS através da parceria Secretária de Estado do Maranhão e o Ministério da Educação e Cultura com os objetivos de promover ações educativas para surdos e desenvolver cursos de formação continuada aos profissionais da área. Neste sentido, o centro também procurou prover atendimento aos familiares envolvidos através de orientações pedagógicas, além de possibilitar o aprendizado e a difusão da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

O Núcleo de Atividades em Altas Habilidades/Superdotação Joãozinho Trinta – NAAH/S é criado em 2006 através da parceria Secretaria de Estado e Ministério da Educação. Inicialmente sediado no Centro da Cidade, trata-se de um espaço voltado para o atendimento aos alunos com características de Altas Habilidades/Superdotação com a proposta de estimular e desenvolver as potencialidades criativas e o senso crítico desses alunos, a fim de que não sejam desperdiçados seus talentos. Atualmente, está sediado no bairro da Vila Palmeira desenvolvendo atividades inclusivas através de atendimentos pedagógicos especializados, complementados ou suplementados com sala de recursos. É constituído de alunos oriundos da rede pública estadual que se destacam nas seguintes áreas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora e artes.

Também em 2006, a Secretaria de Estado da Educação adere ao Programa Educação Inclusiva intitulada “Direito a diversidade” do Governo Federal direcionado a subsidiar os municípios. Tratava-se de promover ações afirmativas por meio do desenvolvimento de culturas, políticas e práticas inclusivas a fim de combater a exclusão educacional e social, formar e acompanhar docentes frente ao uso de metodologias inclusivas na sala de aula, promover

capacitações para gestores, equipes de apoio e a comunidade em geral, formar redes de intercâmbio e disseminação de experiências inclusivas bem sucedidas. No Maranhão, o programa passou a ser coordenado por um polo em São Luís, auxiliando e orientando as atividades nos polos localizados inicialmente nos municípios de Imperatriz, Balsas e Caxias, sendo a Secretaria de Estado da Educação parceira em algumas ações e promotora de cursos de formação docente no formato exigido pelo programa. (BRASIL, 2005).

Atualmente, o setor responsável pela Educação Especial no Maranhão é a Supervisão de Educação Especial, ligada diretamente à Secretaria Estadual da Educação. As modalidades de atendimento, da Educação Especial na rede regular de ensino se dão da seguinte forma: Classes Comuns, Classes Especiais que funcionam em algumas escolas regulares, com assistência aos alunos com deficiência intelectual, outras auditivas e múltiplas; Salas de recursos que funcionam em algumas escolas regulares; equipe de Itinerância composta de técnicos nas áreas da pedagogia, psicologia, serviço social e fonoaudiologia.

As primeiras experiências de Educação Especial desenvolvidas pela Prefeitura de São Luís ocorreram vinte sete anos depois das iniciativas no âmbito do Estado por intermédio da Lei Municipal nº 1647, de 10/01/1966, que criou a Secretária de Educação do Município, e fez constar na estrutura organizacional, o Conselho Municipal de Educação, que anos depois assumiria a educação especial no município. Mas o passo importante foi dado em 1993, através do Convênio nº 914/93 estabelecendo uma parceria entre a Prefeitura Municipal, o Ministério da Educação (MEC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a implantação da Política Nacional de “Educação para Todos”. A partir deste Convênio, Lima (2005) lembra que foram criadas as condições para elaboração de uma proposta que norteou as ações para a implantação da Educação Especial na rede municipal de ensino da capital maranhense, especificando métodos e etapas a serem cumpridas até o ano de 1999.

A proposta incitava que os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação. Atualmente a responsável pela Educação Especial no Município é a Superintendência da Área de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, que atua diretamente em 60 escolas inclusivas e, dentre estas, 17 escolas polos.

Com relação à inclusão dos alunos deficientes nas escolas da rede municipal da capital e Estadual, Lima (2005) se baseando em dados quantitativos dos alunos atendidos nas salas regulares e nas salas especiais afirma que a inclusão passou a configurar-se numa meta a ser alcançada. Segundo Mantoan (1997) as escolas inclusivas propõem um modo de constituir um sistema educacional que considere as necessidades de todos os alunos, estruturando-se em virtude dessas necessidades. Não significa somente atender os alunos deficientes, mas apoiar a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

## 4 CONCLUSÃO

Em diferentes momentos históricos, percebeu-se o quanto as pessoas com deficiência lutaram para conquistar momentos de reconhecimento na sociedade maranhense, acudidos pelo esforço de pequenos grupos solidários motivados na tentativa de minimizar ou até mesmo, eliminar as barreiras oriundas de comportamentos discriminatórios. Também é possível observar que determinadas situações são marcadas fortemente por uma memória política descompromissada, que se ausentou por muitos anos no combate a exclusão social cominado por uma sociedade de classe, influenciando significativamente na resistência no desenvolvimento de práticas inclusivas.

Contudo, as ações inclusivas no Maranhão resultaram em extraordinárias conquistas, possibilitando gradualmente a retirada das amarras impostas pela ausência de atitudes consistentes e conseguindo ampliar essas políticas no Maranhão. O movimento inclusivo leva a refletir sobre os conceitos de deficiência, educação especial e educação de modo geral. A expressão “necessidades educativas especiais” surge não para se negar a deficiência, e sim para buscar maior adequação no ensino, através de recursos e estratégias que atendam as necessidades de todos os alunos. Esta concepção amplia a visão, situa o ‘problema’ no ensino, e não se limita a deficiência. Carvalho (2000) acredita que um dia, a educação estará em harmonia com as necessidades dos indivíduos na sociedade moderna. As barreiras para a aprendizagem, que selecionam, expulsam ou empurram os alunos com necessidades educacionais especiais para um destino pouco promissor, serão removidas a partir da própria mudança na concepção de escola tradicional, ainda enraizada em muitos educadores.

Em 2007, no contexto do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) traz o foco para o desenvolvimento humano e social e estabelece a educação como prioridade. O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (BRASIL, 2008) que se define como a conjugação de esforços dos entes Federados, em colaboração com as famílias e a comunidade para a melhoria da qualidade da educação básica. Mas, isso não significa que a luta pela promoção de ações inclusivas na educação devem se despreocupar, porque sempre aparecerão os focos da ignorância. Apesar do Maranhão está ainda mergulhado num índice elevado de desigualdade social, vem apresentado um movimento importante em busca de uma efetiva educação inclusiva, que não pode ser considerado satisfatório, mas um caminho promissor para inserção social ativa da pessoa deficiente.

A cada ano, as ações educativas inclusivas vêm desempenhando um importante papel dentro da perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia, que só será alcançada quando na sua plenitude, tiver acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a plena formação de sua cidadania. O elemento essencial para uma verdadeira cidadania é a formação de

uma sociedade justa, respeitosa e igualitária, que só pode ser alcançada, através das lutas reivindicatórias constantes ao Estado, visando um bem comum da coletividade.

Por fim, é importante frisar que o presente ensaio se delimitou em analisar conquistas que mais se destacaram em atender as perspectivas inclusivas de forma significativa para os deficientes. Entretanto, reconhece sua limitação em abranger outras ações que direta e indiretamente fizeram e ainda fazem parte do contexto histórico inclusivo maranhense, na qual muitos são avanços regionalizados, ocorridos em diversos municípios e que merecem igualmente uma atenção especial para futuras pesquisas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental**: deficiência múltipla. Vol. 1. Brasília: MEC/SEESP, 2000.

CABRAL, Wagner. "Pelo sapato furado": bipolarização e reestruturação oligárquica da política maranhense. In: \_\_\_\_\_. **A terceira margem do rio: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio**, São Luís: EDUFMA, Instituto Ekos, 2009a.

\_\_\_\_\_. A bomba suja: crise, corrupção e violência no Maranhão contemporâneo (2004-2009). In: \_\_\_\_\_. **A terceira margem do rio: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio**, São Luís: EDUFMA, Instituto Ekos, 2009b.

CONNELL. R.W. **Pobreza e educação** in: GENTILI. Pablo (Org). Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis, EJ: Vozes. 1995.

CARVALHO, R. E. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro:WVA, 2000.

CARVALHO, M.B.W.B. De. **A política estadual maranhense de educação especial (1997-2002)**. 231f. Tese(Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo. UNIMEP, 2004.

JANNUZZI, Gilberta. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1985.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos e Pesquisas: informações demográficas e socioeconômicas**. Rio de Janeiro, n. 27, 2010.

IPEA: **Situação Social nos Estados: Maranhão**. Brasília: IPEA, 2012.

IPEA. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado do Brasil. **Comunicados do IPEA**, n. 58, 13 de jul. 2010.

IPEA. **Mudanças recentes na pobreza brasileira**. Comunicados do IPEA, n. 111, 15 de set. 2011.

LIMA, Terezinha Moreira; SILVA, Maria Jacinta da; SILVA, Selma Maria Marques da. **Crianças e adolescentes com deficiência**: direitos e indicadores de inclusão. São Luis: Edufma, 2005.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil história e políticas públicas**. São Paulo : Cortez:Ed.1999. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 23-37.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Caminhos pedagógicos da inclusão: como estamos implementando a educação de qualidade para todos nas escolas brasileiras**. São Paulo, SP: Memnon, 2001.

QUIXABA, Maria Nilza Oliveira. **Práticas Inclusivas na Escola: O que faz sentido para os (as) alunos (as) com deficiência?** Disponível em: [http://www.tedebc.ufma.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=619](http://www.tedebc.ufma.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=619) Acessado em 22 de Dez 2015. Publicado em: 2011

RAPOSO, M da C. B. A. **A educação maranhense no limiar do 3º milênio**. Revista de Políticas Públicas, v.8, n.1, p. 7-25, jan./jun. São Luís: EDUFMA, 2004.

SISS, Ahyas. **A educação e os afro-brasileiros: algumas considerações**. Em Educação e Cultura: Pensando em Cidadania. Gonçalves, Maria Alice Rezende ( Org<sup>a</sup>) Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO MARANHÃO: **Educação especial**. Disponível em: <http://www2.educacao.ma.gov.br/ExibirPagina.aspx?id=72> acessado em: 14 de setembro 2017.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1994.